

CULTURA E CULTURA SURDA: ALGUMAS REFLEXÕES ANTROPOLOGÍCAS

ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA¹
GABRIEL PIGOZZO TANUS CHERP MARTINS²

RESUMO

Este artigo traz como proposta analisar as interseções possíveis entre o conceito de cultura, na perspectiva antropológica, e sua aplicação na construção da identidade dos surdos. Tendo se desenvolvido ao longo das últimas décadas, na esteira da produção acadêmica, literária e artística dos surdos, o termo “cultura surda” surge como forma de autoidentificação baseando-se como critério distintivo o papel central da linguagem compartilhada por esse grupo, a Libras. As contribuições da reflexão antropológica têm se direcionado a compreender o uso público do termo cultura e a culturalização do discurso social à luz de discussões sobre o desenvolvimento deste conceito na história da disciplina bem como no debate sobre as relações de poder nas transformações culturais, explorando perspectivas de constituição e reivindicação da diferença. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório, de natureza bibliográfica, que visa contribuir para a discussão sobre os usos da cultura e da diversidade no contexto contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; Cultura surda; Antropologia; Libras; Deficiência.

CULTURE AND DEAF CULTURE: SOME ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS

ABSTRACT

This article proposes to analyse the possible intersections between the concept of culture, from an anthropological perspective, and its application in the construction of the identity of deaf people. Having developed over the last few decades, in the wake of the academic, literary and artistic production of the deaf, the term deaf culture emerges as a form of self-identification based on the central role of the language shared by this group, the Libras. The contributions of anthropological reflection have been aimed at understanding the public use of the term culture, and the culturalization of social discourse, in the light of discussions on the development of this concept in the history of the discipline as well as the debate on power relations in cultural transformations, exploring perspectives of constituting and claiming difference. This is, therefore, an exploratory study, of a bibliographic nature, which aims to contribute to the discussion on the uses of culture and diversity in the contemporary context.

KEYWORDS

Culture; Deaf Culture; Anthropology; Libras; Disability.

CULTURE ET CULTURE SOURDE : QUELQUES RÉFLEXIONS ANTHROPOLOGIQUES

RÉSUMÉ

Cet article propose d'analyser les intersections possibles entre le concept de culture, dans une perspective anthropologique, et son application dans la construction de l'identité des personnes sourdes. S'étant développé

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Museu Nacional); Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). rcadutra@uol.com.br.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa da UFJF. gptcm84@gmail.com.

au cours des dernières décennies, dans le sillage de la production académique, littéraire et artistique des sourds, le terme de culture sourde apparaît comme une forme d'auto-identification fondée sur le rôle central de la langue partagée par ce groupe, la Libras. Les apports de la réflexion anthropologique ont visé à comprendre l'usage public du terme culture, et la culturalisation du discours social, à la lumière des discussions sur l'évolution de ce concept dans l'histoire de la discipline ainsi que du débat sur les relations de pouvoir. dans les transformations culturelles, explorant les perspectives de constitution et de revendication de la différence. Il s'agit donc d'une étude exploratoire, à caractère bibliographique, qui vise à contribuer à la discussion sur les usages de la culture et de la diversité dans le contexte contemporain.

MOTS-CLÉS

Culture; Culture Sourde; Anthropologie; Libras; Carence.

CULTURA Y CULTURA SORDA: ALGUNAS REFLEXIONES ANTROPOLÓGICAS

RESUMEN

Este artículo se propone analizar las posibles intersecciones entre el concepto de cultura, desde una perspectiva antropológica, y su aplicación en la construcción de la identidad de las personas sordas. El término cultura sorda, desarrollado a lo largo de las últimas décadas, a raíz de la producción académica, literaria y artística de los sordos, surge como una forma de autoidentificación basada en el papel central de la lengua compartida por este grupo, la Libras. Los aportes de la reflexión antropológica han estado dirigidos a comprender el uso público del término cultura y la culturalización del discurso social, a la luz de las discusiones sobre el desarrollo de este concepto en la historia de la disciplina, así como del debate sobre las relaciones de poder. en transformaciones culturales, explorando perspectivas sobre la constitución y reivindicación de la diferencia. Se trata, por tanto, de un estudio exploratorio, de carácter bibliográfico, que pretende contribuir a la discusión sobre los usos de la cultura y la diversidad en el contexto contemporáneo.

PALABRAS CLAVE

Cultura; Cultura Sorda; Antropología; Libras; Deficiencia.

INTRODUÇÃO

Foi uma experiência diferente: entrei na festa e de repente me vi no meio de cerca de dois mil surdos – eu nunca tinha visto tantos surdos juntos – e ali eu é que era o estranho! Não falava com eles, não entendia o que diziam, sentia-me caminhando por uma tribo cuja língua eu não conhecia, cujos costumes me eram alheios. Sequer sabia qual era a etiqueta: como é pedir desculpas, na língua de sinais, quando a gente esbarra em alguém? No início, essa dificuldade causou um certo constrangimento, mas logo comecei a circular entre eles e a apreciar outras formas de contato e sociabilidade que, se eu não podia decodificar através daquela língua, porque eu não a dominava, podiam ser entendidas por meio de outros códigos (Magnani, 2007, p. 14).

O relato de José Guilherme Cantor Magnani, apresentado acima, mostra uma situação recorrente quando se trata de investigar uma determinada comunidade e/ou grupo social e há um desconhecimento parcial ou total sobre a língua dos sujeitos a serem observados. Na situação descrita por Magnani (2007), o autor foi convidado a integrar um grupo de pesquisadores formados por linguistas e historiadores da Universidade de São Paulo (USP) para contribuir com pesquisas relacionadas à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sua contribuição seria estabelecer conexões com o campo da antropologia urbana no que se referia à rede de sociabilidade dos surdos na cidade de São Paulo.

Segundo Magnani (2007), foi necessário o uso de outros códigos para que se pudessem identificar as formas de contato e sociabilidade dos surdos, uma vez que ele não dominava a Libras. Essa situação é recorrente quando novos aprendizes dessa língua começam a frequentar os pontos de encontro dos surdos, e nos chama à atenção para o fato de que a barreira linguística é uma questão importante para determinados grupos e pesquisadores que a ela se dedicam. Os surdos estavam “logo ali”, na cidade de São Paulo, distribuídos em uma “mancha” na paisagem urbana, que, nos termos de Magnani, se configurava como um arranjo espacial, acolhendo um número diversificado de pessoas e oferecendo uma possibilidade de encontro. Ou seja, um grupo tão próximo espacialmente, visto que não se circunscreve a um dado território, sem distinções específicas a priori quanto à religião, às vestimentas ou alimentação, mas que se comunicava de forma diferenciada, e não somente por um linguajar característico com gírias e outras particularidades, mas com uma forma radicalmente estrangeira de linguagem do ponto de vista dos “comuns”. Seriam eles pertencentes, metaforicamente, a uma “tribo urbana”? (Magnani, 1992) Podemos compreendê-los como parte de uma cultura específica?

A ideia de desenvolver este texto surge da necessidade de aprofundar as discussões sobre cultura e cultura surda a partir de um olhar da antropologia, disciplina que se constituiu e continua se constituindo a partir do reconhecimento da alteridade, bem como do lugar da tradução como movimento contínuo — e cada vez mais pertinente no contexto contemporâneo, caracterizado por forças concomitantes e complementares entre homogeneização e distintividade.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, iremos debater sobre alguns desdobramentos do conceito de cultura, tendo em vista o largo espectro que este conceito cobriu ao longo do desenvolvimento da antropologia no último século. A segunda seção do artigo é dedicada à cultura surda. Nela iremos conhecer um pouco sobre este conceito e como ele é formado, tendo como referencial as contribuições de Padden e Humphries (1988) e de Strobel (2009), autores surdos que se dedicam a discussão do tema. A terceira parte do texto será dedicada à tentativa de aproximação entre as ideias sobre cultura dos antropólogos e o conceito de cultura surda e suas implicações.

O conceito de cultura tem uma história, ou várias histórias a ele associadas. De acordo com Kroeber e Kluckhohn (1952), a história deste conceito pode ser compreendida como a história da emergência de uma ideia que foi gradualmente se desdobrando em diferentes conotações. Diga-se de passagem, que este desdobramento não somente ocorreu dentro dos possíveis significados do termo latino, como também dentro do campo da antropologia. Nesse segundo caso, cultura tal como definida por Tylor (2005, p. 31) — “[...] um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei costume e quaisquer capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” — representou um marco para esta disciplina em constituição. Dos vários desdobramentos dessa definição, podemos destacar primeiramente que foi este conceito que possibilitou a compreensão da alteridade em outro patamar que não a exclusão dos povos não ocidentais da condição humana. Em segundo lugar, o fato de que foi um conceito que permaneceu “imbatível”, ou seja, sem novas derivações e interpretações durante os 30 anos seguintes. Esse fato é mencionado por Kroeber e Kluckhohn (1952, p. 149) ao discutirem a miríade de conceitos de cultura encontrados em sua análise: 164 definições de cultura, a primeira delas, em 1871; 6, entre 1900 e 1919; e 157 entre 1920 e 1950.

Observa-se, portanto, um campo prolixo que já há 70 anos apresentava-se como um desafio de sistematização, pois, como podemos observar, o período de consolidação da disciplina e de multiplicação de estudos etnográficos, entre 1920 e 1950, resultou também na proliferação de interpretações do conceito de cultura. Este foi se consolidando à luz de debates acadêmicos e pesquisas de campo, mas sobre o qual se deposita controvérsias e grandes expectativas, sem se alcançar um consenso sobre o estatuto da realidade da cultura: onde ela se localiza? Refere-se a uma dimensão abstrata ou concreta da vida dos humanos? Atua no campo subjetivo dos indivíduos ou na vida social? É possível continuarmos falando de cultura com a consciência de suas raízes coloniais, ou das grandes narrativas empreendidas pelo Ocidente? Sem a pretensão de se esgotar ou responder plenamente essas questões, apresentamos a seguir alguns pontos que permeiam o debate.

CULTURA: NO SINGULAR, NO PLURAL E COMO VERBO

A primeira questão que surge ao tratarmos sobre os múltiplos significados de cultura reside na forma com que esta definição veio participar do debate sobre a unidade e a diversidade humana durante o século XIX. Forjado na segunda metade deste século, o conceito de cultura sistematizado por Tylor não pressupõe sua forma plural. Trata-se de um termo afinado aos substantivos abstratos da filosofia iluminista para se pensar a especificidade humana. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva universalista de se compreender a humanidade, a cultura é própria do Homem. Se, por um lado, podemos considerar que essa definição representou um marco na história da antropologia ao lidar com a questão da diferença para além do determinismo biológico, destacando a cultura como um fenômeno coletivo e adquirido, por outro, o termo no singular reforça a ideia de uma unidade que persiste à diferença. No contexto do evolucionismo cultural, seu sentido está muito próximo ao de civilização, associada à ideia de um progresso universal, do desenvolvimento uniforme das sociedades. Logo, a cultura estaria associada a uma diversidade temporária entre as sociedades existentes, e o grande curso da história universal as conduziria ao progresso inevitável.

Boas (2004) contribuiu com a concepção particularista de cultura, o estudo das culturas, e não da Cultura no singular. A utilização do termo no plural indicou não somente sua proposta de ruptura com a perspectiva de leis universais que regiam o desenvolvimento das sociedades e dos grupos sociais, mas também com a defesa da investigação sistemática por meio do método indutivo e intensivo de pesquisa de campo. A concepção relativista da cultura enfatiza a diversidade em detrimento da busca de uma unidade humana, ou seja, se podemos afirmar algo que permeia os diferentes experimentos sociais, seria a singularidade dos processos históricos. As culturas, nesse sentido, se constituem por totalidades específicas e, de certa forma, irredutíveis (Benedict, 2013). Em diferentes matizes a percepção da singularidade dos processos sociais, e de suas culturas, trouxe um grande fôlego para o desenvolvimento da antropologia como disciplina acadêmica, uma vez que a institucionalização da pesquisa etnográfica resultou no trabalho contínuo de investigação das formas particulares através das quais os coletivos humanos se organizavam. Esse processo, contudo, não ocorreu sem diferenças internas, pois, enquanto na América do Norte há um grande rendimento da “perspectiva cultural”, observa-se a resistência da antropologia britânica em localiza-la, vindo a superar, de alguma forma, esta inquietação somente a partir da década de 60 do século passado, a partir de uma perspectiva simbólica. Enquanto o culturalismo norte-americano se dedicava a pensar as relações entre culturas, linguagem e comportamento, a antropologia social britânica privilegiava a dimensão das relações sociais e as formas particulares de estrutura e organização social.

Apesar de Boas (2004) enfatizar a experiência cultural como processo criativo, fruto de uma contingência histórica, a compreensão da cultura como uma totalidade integrada englobante à vida dos indivíduos, um sistema de crenças e práticas estável, coerente e claramente delimitável, teve aderência no discurso antropológico, em parte devido ao esforço em trazer a questão do relativismo cultural para o debate público. Geertz (1978, p. 3), em reação a essa perspectiva de cultura como instância acima dos homens, “o todo mais complexo”, ou mesmo ao difusãoismo teórico acerca do conceito, propôs trazer para o conceito de cultura uma “dimensão justa”, mundana, como uma teia de significados que permeia a ação social, na qual os símbolos operam como veículo da cultura. Apesar do papel fundamental de Geertz para a valorização da dimensão simbólica da cultura, as relações entre/da cultura e/como símbolo já vinham se desenvolvendo a partir de contribuições de autores como Leslie White (1977) e Lévi-Strauss (2017). Este último, em particular, resgata a ideia iluminista de cultura como princípio universal, defendendo a perspectiva de se compreender as culturas como possibilidades lógicas, porém, através de sua abordagem estruturalista. A associação entre cultura e linguagem trouxe grandes contribuições ao estudo das culturas, inspirando autores como Douglas (1976) e Turner (2005) a se dedicarem às relações entre estruturas/processos sociais e às operações simbólicas.

No entanto, o interesse dos antropólogos pela abordagem simbólica e interpretativa, enfatizando-se a cultura como um sistema de representações, associada à convenção e à reprodução simbólica, se, por um lado, representou a renovação dos estudos sobre a cultura, distanciando-se de uma abordagem materialista ou exclusivamente comportamental, por outro, foi também fruto de revisões em função do estatuto desses sistemas simbólicos, compreendidos, muitas vezes, como homogeneousmente compartilhados e atemporais.

A perspectiva da cultura como verbo que vai caracterizar uma das vertentes do debate contemporâneo (Ingold, 2002; Overing, 2006; Wagner, 2010) tem sua ênfase na própria experiência da cultura. A partir de uma abordagem fenomenológica, ressalta-se o processo contínuo de pessoas envolvidas no mundo social, seu engajamento no viver, no qual os significados culturais se encontram em fluxo constante de recriação e incorporação por sujeitos em movimento. Ou seja, a cultura existe na ação e não algo que é dado, sendo necessário flexiona-la. Essa perspectiva se propõe à revisão das teorias representacionais da cultura, identificando como “fonte generativa da cultura a prática humana e sua relationalidade” e não uma estrutura de significação e representação da realidade. Contribui, igualmente, para a revisão da tendência à reificação da cultura e da produção do exotismo, ao colocar em xeque a existência de uma exclusividade de pensamentos e costumes perfeitamente compartilhados, ou mesmo a própria existência de culturas isoladas/isoláveis.

Nas palavras de Ingold (2002, p. 330, tradução nossa): “Pode ser mais realista, então, dizer que as pessoas vivem culturalmente em vez de viverem em culturas³.”.

Se cultura foi um conceito fundamental para a constituição da identidade da disciplina, o contexto pós-colonial caracterizado pelo questionamento das grandes narrativas da antropologia a reinscreve dentro das dinâmicas de poder. A produção do exotismo, a inscrição da diferença por meio de classificações ocidentais (no caso, a cultura), mesmo que inspirada pelo projeto humanista de respeito às formas de vida locais, configurou-se como mais uma das variadas estratégias, ou ferramentas, de dominação. O papel do contraste, conforme apontado por Said (2007), é fruto de um jogo duplo, eurocêntrico, entre a exotização e o silenciamento dos povos não ocidentais, levantando o debate sobre a ideia de cultura e o seu discurso, ou, em outros termos, a(s) política(s) da cultura. Esse cenário se configura no âmbito das sociedades tradicionais e dos povos indígenas, como a indigenização da cultura (Sahlins, 1993), através do qual a cultura — uma categoria analítica fabricada no âmbito da antropologia e, diga-se de passagem, na metrópole/centro — assume uma conotação reflexiva na periferia e nos territórios colonizados. A “cultura”, entre aspas, nos termos de Cunha (2009), aquela que fala de si mesma e se torna argumento central nas lutas e reivindicações dos povos indígenas sobre a exclusividade de bens culturais e seus direitos tradicionais. A “cultura” opera no regime da etnicidade, de marcação da diferença, e requer desses povos a demonstração performática de sua cultura. Por outro lado, observa-se um fenômeno similar no processo de afirmação de minorias sociais e étnicas no contexto das sociedades globalizadas.

Duas tendências que se aproximam para resgatar as questões de poder nas transformações culturais, seja pela apropriação do termo “cultura” pelos “nativos”, vítimas do processo colonial — o que Sahlins (1993) irá identificar como o desenvolvimento de autoconsciência cultural — seja pela crescente influência que o termo irá exercer para além dos limites da disciplina, indicando um cenário no qual a antropologia não mais domina o conceito de cultura (Eller, 1997).

É nesse contexto caracterizado pelo pluralismo e enaltecimento das virtudes de grupos sociais em processo de conquista de reconhecimento que podemos situar o florescimento da noção de “cultura surda”, como veremos a seguir.

CULTURA SURDA

Em grande parte dos estudos sobre a surdez (Perlin, 2013; Sá, 2010; Santana; Bergamo, 2005; Skliar, 1998; 2013), é frequentemente encontrada a distinção entre as duas

³ No original: “It might be more realistic, then, to say that people live culturally rather than live in cultures” (Ingold, 2002, p. 330).

condições que, historicamente, vêm definindo quem são esses sujeitos na sociedade. A primeira delas é a condição clínico-terapêutica. Nessa perspectiva, os surdos são indivíduos passíveis de recuperação, de restauração e de correção a partir de uma ótica defeituosa, de algo que falta que, nesse caso, é a audição. A outra é a condição socioantropológica que percebe o surdo como diferente. É uma visão sobre a diferença e não sobre a deficiência, como acontece na anterior, na qual o surdo surge como uma categoria com sentidos mais amplos, capazes de constituir a distinção em relação aos ouvintes.

A emergência dessa concepção de surdez como diferença favorece o florescimento de perspectivas identitárias em relação a composição dos surdos como um grupo social, a defesa da existência de uma comunidade surda e de uma cultura surda.

De acordo com Assis Silva (2012b, p. 25):

[...] a categoria *surdo* emergiu como legítima para nomear o grupo, cuja existência uma grande quantidade de agentes afirma e performatiza. Apesar de bastante naturalizada, atualmente, o uso que se fez dela, indicando um grupo que possui *língua, cultura e história* particulares é bastante recente. [...] muitos agentes impõem tal categoria como correta, negando outras que possuem um fundo histórico bem maior de utilização, como *deficientes auditivos e surdos-mudos*. [...] Assim, o que ocorreu nas últimas décadas do século XX, foi a emergência da crença por parte de muitos agentes da existência de uma cultura particular dos *surdos*, a denominada *cultura surda*. Religiosos, ativistas políticos e intelectuais concordam precisamente com o argumento de que em razão de *surdos* terem uma língua particular, a chamada *Libras*, e, além disso, devida à ausência de um sentido – a audição – eles teriam outra *cultura*. O que fundamenta tal crença é um senso prático presente entre esses agentes que faz da *língua e cultura* categorias que se implicam e estabelecem equivalências (Assis Silva, 2012b, p. 30).

É importante destacar a participação ativa de diferentes atores sociais na construção dessa perspectiva, com destaque para os autores surdos que passam a assumir o protagonismo na condição de nativos: os surdos são indivíduos que interagem com o mundo e percebem-no por meio de sua visualidade, usando uma língua gestual visual para se comunicar e que possuem uma singularidade na maneira como se relacionam com o outro e com o mundo. Padden e Humphries (1988; 2006) defendem o uso do termo “cultura surda” como um conjunto de crenças e práticas, assim como o papel central da linguagem de sinais como critério distintivo, enfatizando que não escrevem como antropólogos a respeito da cultura, mas como agentes de discurso e consciência em busca de um novo vocabulário para descrever a condição da surdez.

De acordo com Padden e Humphries (1988; 2006), foi o termo cultura que os permitiu se afastarem de uma visão debilitadora dos surdos, oferecendo-lhes a possibilidade de um vocabulário para descrever si próprios: “[...] ser Surdo, o modo específico e particular de ser, foi moldado de forma significativa por histórias compartilhadas⁴” (Padden; Humphries, 2006, p. 3). Nesse sentido, podemos observar que a experiência da surdez ganha

⁴ No original: “[...] being Deaf, the specific and particular way of being, was shaped powerfully by shared histories” (Padden; Humphries, 2006, p. 3).

destaque em detrimento a uma aproximação abstrata do surdo, pois o que pretendem é dar visibilidade a uma diferenciação sensorial que produz conhecimento, crenças e práticas sobre si mesmos e sua conexão com a sociedade.

Karin Strobel (2009) é também uma autora surda que tem trazido contribuições sobre a experiência da surdez. Para esta autora, a cultura surda

[...] é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modifica-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. [...] [é] entender que a cultura surda é como algo que penetra na pele do povo surdo que participa das comunidades surdas, que compartilha algo que tem em comum, seu conjunto de normas, valores e comportamento (Strobel, 2009, p. 27).

Para Strobel (2009), a cultura surda é composta por oito artefatos no total. Esses artefatos são produzidos pelos “grupos culturais” e podem ser materiais e imateriais. É “[...] *tudo o que se vê e se sente* quando está em contato com a cultura de uma comunidade” (p. 39, grifos no original). Nesse sentido, podemos compreender como artefatos culturais os vestuários, as normas, os valores, os costumes, as tradições, os modos de ver e interagir com o mundo, entre tantos outros. De acordo com a autora, os artefatos culturais surdos, ou seja, as produções de ser, ver, entender e transformar o mundo são: *a experiência visual; o linguístico; o familiar; a literatura surda; a vida social e esportiva; as artes visuais; a política e materiais*. A seguir, iremos discorrer sobre cada um desses artefatos culturais.

A *experiência visual* é o primeiro artefato cultural surdo. É através dela que os surdos percebem o mundo ao seu redor, já que são pessoas visuais. O uso da visão é um instrumento fundamental para a comunicação, por meio das expressões corporais e faciais envolvidas nesse processo.

O segundo artefato é o *linguístico*. Nesse sentido,

[...] [a] língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição do conhecimento universal (Strobel, 2009, p. 47).

Considerado como um dos principais artefatos culturais, a língua de sinais é vista como a língua prioritária/legítima dos surdos. No mundo, desde os estudos de W. Stokoe na década de 1950 e posteriormente no Brasil na década de 1980, por meio das pesquisas de Lucinda Ferreira Brito, os surdos vêm lutando e se manifestando a favor da oficialização/reconhecimento da(s) língua(s) de sinais. Essa questão da afirmação linguística da Libras pelos surdos se dá através da necessidade de se ter, em diferentes espaços públicos e privados, acesso às informações com uma maior segurança e autonomia, além da conquista do *status* de “língua legítima do povo surdo” (Strobel, 2009, p. 49).

Essas mobilizações acontecem de forma cotidiana e possuem um caráter político, ou seja, nos diferentes espaços frequentados por esses sujeitos, há uma necessidade de

afirmação da identidade surda e de reivindicação de acesso a tudo que ocorre nesses locais, fazendo com que a sociedade “enxergue” a verdadeira potência da língua de sinais nas relações estabelecidas com, entre e para surdos.

A *família* constitui o terceiro artefato cultural. Strobel (2009) afirma que em famílias de surdos, o nascimento de uma criança gera uma grande expectativa, uma vez que é um desejo que seus filhos possam nascer surdos. É uma questão de modelo, de referência. Famílias surdas não veem as crianças surdas como um “problema social”, é uma vida benquista na família. O contrário gera tensões, ou seja, quando pais ouvintes geram filhos surdos ou as crianças perdem a audição ainda em tenra idade. Há uma forte influência médica nesse sentido. Segundo Strobel (2009), no caso de filhos surdos em famílias ouvintes, o diagnóstico leva a família a buscar a “correção do problema”, motivadas, dentre outros fatores, pela vontade de se comunicar com os filhos oralmente. Estima-se, de acordo com a autora, que cerca de 95% dos surdos sejam filhos de pais ouvintes e, muitas vezes, as famílias encontram meios informais de se comunicar com os filhos, no lugar de se dedicarem à aprendizagem da língua de sinais, o que pode gerar problemas posteriores no momento em que essa criança passa a circular no ambiente social mais amplo.

Você fica fora da conversa à mesa do jantar. É o que se chama de isolamento mental. Enquanto todos os outros falam e riem, você se mantém tão distante quanto um árabe solitário num deserto que se estende para o horizonte em todos os lados. [...] Sente-se ansiosa por um contato. Sufoca por dentro, mas não pode transmitir esse sentimento horrível a ninguém. Não sabe como fazê-lo. Tem a impressão de que ninguém comprehende nem se importa. [...] Não lhe é concedida sequer a ilusão da participação (Sacks, 1998, p. 130).

Nesse relato de Léo Jacob, descrito por Sacks em sua obra “*Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*”, podemos notar como a falta de uma linguagem comum dentro do ambiente doméstico pode trazer sérias consequências para o desenvolvimento e envolvimento do sujeito surdo com e no mundo.

O quarto artefato é a *literatura surda*. De acordo com a Strobel (2009, p. 61), a literatura “traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos”. Nesse caso, estamos falando de literatura produzida por e para surdos, que potencializa e valoriza a língua e a cultura surdas. As adaptações de contos clássicos e outros gêneros textuais não se enquadram no artefato cultural da literatura. Aqui reivindica-se a autenticidade da produção de textos surdos para surdos, ou seja, a literatura surda é uma forma de disseminar questões identitárias e culturais do povo surdo (Strobel, 2009). Essa literatura é composta, segundo Strobel (2009, p. 61) de “diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais”.

A *vida social e esportiva* é o quinto artefato. Aqui é importante destacar os eventos que a comunidade surda organiza como possibilidade do encontro surdo-surdo. São

momentos de descontração, conversas e trocas de informação. São eventos das mais diversas naturezas, desde campeonatos de diversos esportes a festas de aniversário e casamento. Inclusive é muito comum o casamento entre surdos. Há uma forte “resistência” ao casamento entre surdos e ouvintes por questões culturais e de afinidade. Segundo Lane (1992 *apud* Strobel, 2009), nove em cada dez surdos norte-americanos se casam entre si.

Assim como a literatura, as *artes visuais* também são um artefato cultural que busca valorizar a língua, a cultura, as lutas, as conquistas e, principalmente, as mãos dos surdos. Os artistas surdos criam as obras de arte para que o mundo possa (re)conhecer quem são esses sujeitos e quais as suas características como um grupo social.

As lutas e as reivindicações *políticas* são o sétimo artefato. O movimento surdo, através de suas organizações (associações, federações e uniões de surdos), busca garantias de direitos, muitas vezes reconhecidos legalmente e que ainda são negados. No Brasil, o reconhecimento da Libras como língua, através da promulgação da Lei nº 10.436/2002 e da inserção do bilinguismo como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) com a Lei nº 14.191/2021, são dois exemplos de conquistas dos surdos por meio da política.

E, por fim, mas não menos importante, os *materiais* são o oitavo artefato. Esses materiais estão relacionados aos avanços tecnológicos e que beneficiam o ensino e a aprendizagem dos surdos, a difusão da língua de sinais, o registro da literatura e das artes visuais, entre outros recursos que beneficiam a visualidade dos surdos.

Para Strobel (2009), a maneira de ver, entender, compreender, interagir com o mundo e torná-lo acessível e habitável, só seria possível por conta desse conjunto de artefatos. Juntos eles compõem a cultura surda.

A seguir, iremos apresentar alguns caminhos para contextualizar o debate entre “a ciência da cultura” e a culturalização do discurso social, inserindo a defesa pela cultura surda nos quadros mais amplos dos debates acerca do multiculturalismo no campo da antropologia. Esse termo, que tradicionalmente esteve associado ao pluralismo étnico, mais recentemente tem assistido a expansão de seu uso para incluir outras minorias sociais, uma vez que trazem como ponto comum sua condição de invisibilidade em termos de reconhecimento, poder e acesso a recursos e oportunidades.

ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE A ANTROPOLOGIA E A CULTURA SURDA

Como um termo que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX, o multiculturalismo pode ser compreendido como um movimento de largo espectro de grupos sociais — tais como grupos étnicos, minorias linguísticas, imigrantes, afro-americanos, LGBTQI+, pessoas com deficiência, dentre outros — que buscam questionar os ideais de

assimilação baseados na cultura e na linguagem dos grupos dominantes. Trata-se de um fenômeno complexo que tem tido diferentes graus de aderência em relação à sociedade que o abarca, desenvolvendo-se em países com Estado social desenvolvido como um processo institucional de inclusão. Nesse sentido, faz parte de um movimento político em busca de reconhecimento, igualdade e liberdade de expressão, bem como a correção de injustiças historicamente constituídas por parte desses grupos, através da manutenção de suas identidades coletivas, valores e práticas culturais, propondo uma discussão sobre quais seriam os termos mais justos da integração à sociedade em que vivem (Song, 2020).

A contribuição do multiculturalismo para a “organização da diversidade” é inegável, visto que problematiza poderes estabelecidos, bem como resgata o movimento da constituição dos estados nacionais e suas interseções com as afiliações étnicas que tem como um dos pilares a cultura como manifestação do singular. Como bem se refere Ingold (2002), melhor que afirmar que a antropologia inventou o conceito de cultura, é reconhecer que sua criação faz parte de um movimento mais amplo do pensamento europeu de emergência do nacionalismo.

Contudo, se, por um lado, as subversões multiculturais nos interrogam sobre a contingência de nossos valores, por outro, elas o fazem ancoradas na disseminação da “dimensão cultural” e do termo “cultura” em contextos acadêmicos e extra acadêmicos, para além do domínio da antropologia. No campo dessa disciplina, há pouca discordância em relação à existência de uma “dimensão cultural”, contudo, observa-se uma inquietação sobre a disseminação do termo cultura e as possíveis interpretações que ela suscita.

As dúvidas que se apresentam referem-se, de forma geral, à dinâmica do debate interno à antropologia em relação à definição de cultura, em face às revisões que foram se consolidando à luz de orientações teóricas, mas, sobretudo, pela prática etnográfica. O entendimento da cultura com ênfase no determinismo cultural, na existência de fronteiras pré-estabelecidas e bem definidas entre sociedades e grupos sociais, na pressuposição de uma homogeneidade, coerência e estabilidade internas indicam uma aproximação do termo que a própria antropologia tem se esforçado em superar, uma vez que se corre o risco da reificação da diferença cultural (Brumann, 1999). Eller (1997) aponta ser essa a perspectiva de cultura apoiada em uma noção romântica —como fenômeno orgânico que molda o “espírito” de uma coletividade (*national genius*) e é, de certa forma, incomensurável e instrumental — *to fight with culture* — na medida em que a cultura se torna meio de validação de grupos em disputa por mudança social. Trata-se de uma perspectiva que potencialmente pode trazer riscos ao conceito de cultura. De acordo com Turner (1993, p. 414), não somente por implicar sua redução à criação de estereótipos, mas também por vir a se configurar como “licença ao separatismo político e ideológico”.

Essas questões não tiram, no entanto, a legitimidade de grupos sociais em seu processo de autoafirmação e busca pelo reconhecimento, mas nos impulsiona a pensar em caminhos de compreensão desse processo e da tendência a reificação da cultura, nesse contexto, como fato social (Brumann, 1999). Alguns caminhos se tornam possíveis. O primeiro seria compreender o contexto inicial da culturalização do discurso social, por exemplo, as sociedades pós-industriais e neoliberais do Norte global e suas implicações nas sociedades periféricas e seus grupos tradicionais, ao que alguns autores indicam em suas manifestações extremas, como fundamentalismo cultural. Cerroni-Long (1999) nos alerta para o fato de que a cultura, no contexto do liberalismo, corre o risco de se tornar uma mercadoria, e a identidade cultural, negociada, em função da atomização crescente que valoriza as partes/demandas “individuais” em detrimento do consenso coletivo; enquanto que Stolcke (1995) busca compreender como a nova retórica da cultura, no contexto do pensamento conservador europeu, se tornou mais palatável às tendências xenofóbicas do que a ideia de raça ou outros atributos biológicos, em função de trazer uma perspectiva mais igualitária, afinal, todos temos cultura. Por outro lado, faz-se necessário, igualmente, investigar as intervenções multiculturalistas no contexto do Estado brasileiro, a distância entre o discurso e a prática social, conforme aponta Sansone (2003), procurando conhecer como tem sido experimentadas novas formas de cidadania e a criação de direitos especiais no campo legislativo pautado pelo universalismo. Ou seja, como vem se configurando as relações entre o ideal de sociedade, que acolhe as diferenças, e as ações públicas direcionadas a esse fim.

Uma segunda perspectiva seria compreender o processo de reivindicação de um modo próprio de existência como valor superior — o movimento dos grupos possuidores de cultura — como um meio de luta e de conquista de direitos. Nesse caso, o processo histórico de silenciamento desses grupos sociais se torna fator crucial para a compreensão do fenômeno. A autoconsciência cultural se manifesta como uma tentativa de controlar as relações com a sociedade dominante, utilizando-se, inclusive, de estratégias que serviram para a dominação, como a própria categoria de diferença. “Se não tivéssemos ‘kastom’, seríamos como os homens brancos⁵”, refere-se Sahlins (1993, p. 3) ao depoimento de um habitante da Nova Guiné ao refletir sobre os processos de reivindicação de autonomia cultural de grupos vitimizados pela colonização. Sahlins destaca a importância de se atentar para o contexto das experiências de relações subalternas para compreender o fenômeno e, ainda argumenta que, do ponto de vista europeu, a grande ruptura na história dos povos colonizados seria sua própria aparição, enquanto que, para os nativos, essa ruptura foi estabelecida pela fixação das regras do império. É o caso, por exemplo, dos fijianos que representam essa ruptura histórica não como antes/depois do homem branco, mas como

⁵ No original: “If we didn’t have ‘kastom’, we would be just like white men” (Salins, 1993, p. 3).

"before the flag/after the flag" (antes da bandeira/depois da bandeira), traduzido por Sahlins como "before colonization/after domination" (antes da colonização/depois da dominação), destacando-se não a condição do isolamento desses grupos sociais, mas as relações assimétricas com a sociedade dominante.

Mais do que diferentes conceitos de cultura, podemos considerar que a história da antropologia tem se aproximado da noção de cultura através da ênfase de alguns aspectos em detrimento de outros em função das preocupações do momento. As inquietações contemporâneas no campo da disciplina apontam para a revisão sistemática do projeto colonial e das práticas teóricas e etnográficas que dele derivaram. Dentre as revisões, a cultura se tornou também centro de debates e discussões. Abu-Lughod (1991) traz a proposta de se "escrever contra a cultura", no sentido de reconsiderar o valor desse conceito quando associado à sobrevalorização da diferença cultural e da fabricação do outro. A seu ver, a distinção entre nós e os Outros, além de pretender-se auto evidente, promove o encarceramento da alteridade por meio de noções como autenticidade e coerência, premissas de uma antropologia realista já criticada pelos pós-modernos. A autora propõe, portanto, estratégias para reconhecer a diferença em sua forma complexa de circulação. A primeira seria uma perspectiva teórica de se pensar a vida social sem a presunção de uma coerência, analisando-se conjuntamente práticas — interesses, estratégias e improvisações — e discurso, ou seja, os usos sociais da linguagem. A segunda, seria avaliar as conexões e interconexões historicamente constituídas, ou seja, a intenção de se conhecer esse outro como conectado com o mundo; e a terceira, a promoção de etnografias do particular, como forma de amenizar a exotização do outro, ou seja, estar mais perto da vida cotidiana e das histórias de vida de sujeitos situados, conhecendo suas escolhas, contradições e conflitos de interesse.

Podemos observar como essas questões estão presentes na busca de afirmação e reconhecimento de uma cultura surda, apontando para os riscos da essencialização da diferença. Essas impressões nos convidam a aprofundar esse universo social — o mundo dos surdos — na perspectiva da cultura como verbo, ou seja, como a cultura é praticada e constituída na prática. Nesse sentido, as etnografias são instrumentos fundamentais para conhecermos como a diferença é possível em diferentes contextos e cenários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os surdos são sujeitos plurais e heterogêneos. Há uma tendência em homogeneizar a surdez, de tratar e de concebe-los como um grupo social sem diferenças internas. Os surdos que buscamos retratar aqui neste texto, são sinalizantes que se identificam politicamente como Surdos, com letra maiúscula, e que se consideram diferentes dos

deficientes auditivos, que não usam a Libras para se comunicar, que fizeram o transplante de cóclea e que se consideram “curados” da surdez.

A história dos surdos é constituída por momentos em que a gestualidade foi incentivada e outros em que a oralidade foi priorizada, causando, em alguns contextos, a proibição do uso da linguagem de sinais. Esses momentos históricos refletem até hoje uma dicotomia entre surdos e ouvintes, sendo que, na perspectiva dos Surdos, sua história não deveria ser contada apenas por ouvintes. A arte surda, a literatura surda e o slam surdo tem muito a nos dizer sobre o movimento em se afirmar identitariamente, assim como sua resistência em se comunicar através da língua majoritária e a luta por uma educação bilíngue, entre tantos outros campos em que os surdos precisam se afirmar como sujeitos.

Skanes (2014, p. 2) aponta para a urgência de novos e mais estudos na área da surdez, que se aprofundem em questões como “o que é cultura surda?” e “como os surdos enxergam sua(s) identidade(s)?”. A antropologia tem buscado responder algumas dessas questões nos últimos anos, enfatizando, antes do que uma resposta abstrata ou universal, pesquisas relacionadas ao “mundo dos surdos”, tais como a luta pelos direitos civis, movimentos em defesa das escolas bilíngues, sua vivência religiosa e práticas de lazer (Diniz, 2003; Magnani, 2007; Assis Silva, 2012a; Assis Silva *et al.*, 2009; Assis Silva; Assêncio, 2011).

Vale destacar, ainda, as condições sociais de sua exclusão pelo ponto de vista do capitalismo, dada a natureza política e relacional da categoria deficiência (Mello; Aydos; Schuch, 2022), sendo necessário aprofundar nas interseções, por exemplo, entre surdez e gênero, geração, etnia ou classe social. Há muito o que se compreender a respeito dessa forma peculiar de estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. // FOX, Richard G. (Ed.). **Recapturing Anthropology: working in the present**. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137–154.
- ASSIS SILVA, César Augusto de. **Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012a.
- ASSIS SILVA, César Augusto de. Igreja Católica e Surdez: território, associação e representação política. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 13–38, 2012b.
- ASSIS SILVA, César Augusto de *et al.*. Dia do Surdo na Avenida Paulista: Etnografando a Mobilização Política Pelas Escolas Especiais. **Ponto Urbe**, n. 5, p. 1–6, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1602>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- ASSIS SILVA, César Augusto de de; ASSÊNCIO, Cibele Barbalho. Setembro Azul: mobilização política nacional a favor das escolas bilíngues para surdos. **Ponto Urbe**, n. 9, p. 1–10, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1966>. Acesso em: 20 dez. 2024.

- BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- BOAS, Franz. As Limitações de Método Comparativo da Antropologia (1896). i: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004a. p. 25–40.
- BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.
- BRASIL. Lei nº 14.191 de 3 de Agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Brasília: Diário Oficial da União, 2021.
- BRUMANN, Christoph. Writing for culture: Why a successful concept should not be discarded. **Current Anthropology**, v. 40, n. S1, p. S1-S27, 1999.
- CERRONI-LONG, E. L. Comments upon Christoph Brumann's "Writing for Culture: Why a Successful Concept Should Not Be Discarded". **Current Anthropology**, v. 40, supl., p. 15-16, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. /n. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.
- DINIZ, Débora. Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 175–181, 2003.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELLER, Jack David. Anti-anti-multiculturalism. **American Anthropologist**, v. 99, n. 2, p. 249-256, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- INGOLD, Tim. Introduction to Culture. /n. INGOLD, Tim (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 2002. p. 329–349.
- KROEBER, Alfred L.; KLUCKHOHN, Clyde. Culture: a critical review of concepts and definitions. **Papers. Peabody Museum of Archaeology & Ethnology**, v. 47, n. 1, 1952.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Ubu Editora, 2017
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Tribos Urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo**, v. 2, n. 2, p. 48–51, 1992.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Vai ter música?":: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 1, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1239>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p. 7–29, 2022.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Inside Death Culture**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- OVERING, Joanna. The backlash to decolonizing intellectuality. **Anthropology and Humanism**, v. 31, n. 1, p. 11–40, 2006.
- PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. /n: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51–74.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. São Paulo: Paulíneas, 2010.
- SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 565–582, 2005.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Schwarzs, 2007.
- SANSONE, Livio. Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil. **Dados**, v. 46, p. 535-556, 2003.
- SAHLINS, Marshall. Goodbye to Tristes Tropiques: ethnography in the context of modern world history. **The Journal of Modern History**. v. 65, n. 1, p. 1–25, 1993.
- SONG, Sarah. Multiculturalism. /n: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/multiculturalism/>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- STOLCKE, Verena. Talking Culture: new boundaries, new rhetorics of exclusion in Europe. **Current Anthropology**, n. 36, p. 1–24, 1995.
- STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Editora da USFC, 2009.
- SKANES, Emily. **Deaf Studies Through the Eyes of Anthropology**. University Presentation Showcase Event, 10, 2014. Disponível em: <https://encompass.eku/swps/2014/2014/10>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- SKLIAR, Carlos. **A Educação para Surdos entre a Pedagogia Especial e as Políticas para as Diferenças: desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1998.
- SKLIAR, Carlos. Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. /n: SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 07-32.
- TURNER, Terence. Anthropology and multiculturalism: what is anthropology that multiculturalists should be mindful of it?. **Cultural Anthropology**, v. 8, n. 4, p. 411-429, 1993.
- TURNER, Victor. **A Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niteroi: Eduff, 2005.
- TYLOR, Edward B. A ciência da cultura. /n: CASTRO, Celso (Org.) **Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 31–45.
- WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WHITE, Leslie. Os símbolos e o comportamento humano. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 180-192.

Recebido em 4 de julho de 2022.
Aprovado em 20 de dezembro de 2024.

